

Reunião com o Diretor Jurídico e de Gestão Corporativa

A AEEL e as demais Entidades de Representação dos Trabalhadores (SINTERGIA, SENGE, SINDECOM e SINAERJ), após várias solicitações ignoradas, reuniram-se finalmente com o Diretor Alexandre Aniz no dia 24 de Março. Pela Empresa também estavam presentes Wilson dos Santos, Gerente do DJP, e Maurício Joseph, Relações Sindicais. Na pauta, diversos assuntos pendentes de resposta ou esclarecimentos.

Para início de conversa reiteramos nossa insatisfação com a falta de diálogo da Empresa com as Entidades de Representação dos Trabalhadores, pois avaliamos ser prejudicial para ambas as partes. Consideramos o diálogo necessário para que haja entendimento de todos os processos internos, principalmente no que tange aos programas de incentivos colocados na ordem do dia, para que sejam evitados eventuais prejuízos aos trabalhadores e trabalhadoras e à Empresa.

Foram discutidos os seguintes assuntos:

Sistema de Gestão e Desempenho (SGD)

Cobramos do Diretor Aniz a aplicação financeira do SGD, uma vez que todo o ciclo de avaliação do sistema fechou em novembro do ano passado e os trabalhadores e trabalhadoras que cumpriram suas metas merecem receber os seus steps, conforme prevê o próprio SGD.

Segundo o senhor Aniz, a empresa cumprirá sua parte no que se refere ao SGD de 2016. Para tanto solicitou ao DJP - Gestão de Pessoas o levantamento do sistema, com o objetivo de levar o assunto para aprovação em reunião de diretoria. Disse ainda que pretende realizar o pagamento até o mês de abril, com retroatividade a janeiro de 2017.

Ainda sobre o assunto, o Diretor Aniz disse que a Empresa convocará uma reunião com o CNE - Coletivo Nacional dos Eletricitários para discutir uma reestruturação no sistema de avaliação para o ano de 2017.

Fato curioso e estranho com relação ao novo modelo ensaiado pelo diretor foi em noticiar na ferramenta a inserção de rotatividade de Pessoal, ou seja, *turnover*, que no contexto está relacionada com o desligamento (demissões), de trabalhadores (as).

Ratificamos o compromisso das Entidades de Representação em defender os direitos dos trabalhadores (as) garantidos através de sua inserção na empresa através de concurso público.

PAE/PID

Segundo o Diretor, o Programa de Aposentadoria Extraordinária – PAE saiu com algumas falhas nos procedimentos e talvez possam ser ajustadas. Informou ainda que o processo encontra-se em fase final de negociação com o SEST, a fim de fechar outros detalhes, o qual não especificou. Ao final deixou bem claro que a empresa espera uma adesão de 100% dos elegíveis.

Registramos nossa preocupação com a redução dos benefícios do incentivo, chamando a atenção no sentido da Empresa considerar que um grande número de trabalhadores e trabalhadoras tem hoje na Fundação Eletros um grande déficit referente ao Plano BD, além de outros saldos significativos junto àquela Fundação. Solicitamos ainda que a empresa avalie de forma diferenciada a situação dos trabalhadores e trabalhadoras que foram reintegrados, pois ao retornarem à Empresa, não houve o reconhecimento perante a Fundação Eletros do tempo que estiveram ausentes.

O Diretor disse que não serão possíveis grandes alterações no PAE, mais que levará em consideração nossas preocupações com os pontos colocados e que irá convocar o CNE para uma reunião, no dia 5/04 no Rio de Janeiro, para discutir o programa de incentivo. Por fim, sinalizou que pretende abrir o programa em abril.

Centro de Serviço Compartilhado – CSC

Manifestamos nossa preocupação no que se refere aos boatos na escolha de trabalhadores e trabalhadoras para compor o quadro que irá para o CSC.

Segundo Aniz, haverá a contratação de mais uma empresa, que será responsável pela avaliação dos perfis dos prováveis empregados elegíveis para esse setor. Disse que cada empresa do Sistema Eletrobras sediada no RJ indicará, no mínimo, três empregados que passarão por seleção para ocupar o cargo de gerente de cada área e que a coordenação ficará a cargo da holding. Segundo ele as áreas que comporão o CSC serão: Compras, RH, Financeiro, Jurídico e Comunicação.

Registramos nossa preocupação com mais uma contratação de consultoria, provavelmente sem licitação, como tem sido o hábito ultimamente, para realizar esse projeto do CSC, além é claro dos que ficarão na holding, independentemente da afirmativa do Diretor, de que a Eletrobras ficará com o planejamento estratégico das áreas.

Gratificação de Gerentes

Solicitamos ao Diretor que responda oficialmente à Notificação Extrajudicial referente ao assunto, entregue em 21.12.2016, com objetivo de resolver a questão.

Segundo o Diretor o assunto não será resolvido administrativamente, mas esclareceu que a Empresa responderá oficialmente o mais breve possível às Entidades.

Lamentamos a posição da Empresa sobre o assunto e deixamos claro que iremos recorrer à Justiça, objetivando a resolução para esse tema.

Comissão Permanente de Pleitos Trabalhistas

Cobramos a imediata formação da Comissão Permanente de Pleito Trabalhista, uma vez que há vários assuntos pendentes que envolvem esta Comissão.

O Diretor informou que está finalizando a revisão da composição da CPPT, e que sua implementação ocorrerá o mais tardar, na próxima semana.

Alertamos ao diretor que a CPPT está em Norma e que Norma só pode ser alterada em comum acordo com os Sindicatos. Assim, esperamos que de fato aja celeridade, já que há várias demandas que precisam de respostas imediatas, via CPPT.

Centro de Memória da Eletricidade no Brasil - Memória da Eletricidade

Manifestamos nossa preocupação com os boatos que circulam pelos corredores da empresa, que se referem a eventual mudança na presidência da entidade e no seu estatuto, para remunerar o presidente e até mesmo para colocar Artigos 37 nas dependências da Memória.

A título de esclarecimento, a Memória da Eletricidade é uma entidade cultural, sem fins lucrativos, que tem como objeto promover a recuperação, conservação e salvaguarda do patrimônio relacionado à preservação da história da energia elétrica no país; elaborar um sistema de informações sobre a história da eletricidade no Brasil, a partir dos acervos existentes nas empresas, órgãos e instituições relacionados com o setor de energia elétrica brasileiro. Desde sua criação em 1986, o presidente de honra da Memória, tem sido um ex-presidente da Eletrobras. No exercício das suas funções o Presidente da Memória da Eletricidade não é remunerado, conforme Art. 14 do seu estatuto.

Pedimos que seja respeitado o estatuto da Memória, que em seu Art. 13 prevê: O Conselho Consultivo é composto por até 10 Conselheiros, um deles o Presidente da Memória da Eletricidade, designados pelo Conselho de Administração, por indicação da Diretoria, entre personalidades que se destaquem por notório saber e por significativas realizações no campo da energia elétrica e da preservação da memória nacional, bem como por relevantes colaborações prestadas à Memória da Eletricidade.

O Diretor, que é membro do Conselho, disse que não tem conhecimento da saída do atual presidente da Memória.

Esperamos que o canal de diálogo permaneça aberto e que em breve tenhamos outras reuniões para darmos prosseguimento as discussões que visem minimizar conflitos entre a empresa e seus trabalhadores e trabalhadoras.

Não podemos deixar de registrar e parabenizar **a todos os funcionários** envolvidos na elaboração e divulgação do Balanço 2016, pelo trabalho de qualidade e total dedicação visando a conformidade e o atendimento do prazo.



NENHUM DIREITO A MENOS!

Uma representação forte se faz com associados unidos e mobilizados!

UNAM-SE A NÓS NA LUTA PELOS NOSSOS DIREITOS, ASSOCIE-SE: ficha de inscrição

A Diretoria, em 30 de março 2017.

Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

